

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE
FINANÇAS E CONTROLADORIA**

PATRIELE DE FAVERI FONTANA

**ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA: UM ESTUDO DE
CASO EM UMA EMPRESA CERÂMICA**

CRICIÚMA

2014

PATRIELE DE FAVERI FONTANA

**ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA: UM ESTUDO DE
CASO EM UMA EMPRESA CERÂMICA**

Monografia apresentada ao Setor de Pós-graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, para obtenção de título de especialista em MBA Gestão Estratégica de Finanças e Controladoria.

Orientador: Prof. Me. Cleyton de Oliveira Ritta

CRICIÚMA

2014

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois sem ele nada seria possível.

A todos os que colaboraram para a conclusão deste estudo em especial a minha família, que sempre me apoiou e se fez presente nos momentos mais difíceis.

Ao meu orientador que me muito me auxiliou na elaboração deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela vida, pelas oportunidades recebidas, pela família maravilhosa, pelos momentos espirituais essenciais para minha serenidade e paciência. Como o apóstolo Paulo professa no livro de Filipenses 4:13: “Tudo posso naquele que me fortalece”, eis que Ele é presença constante em minha vida.

Aos meus pais Valmir e Rejane, por terem me trazido a vida. Por me educarem. Por serem exemplos de vida. Por me ajudarem. Por me incentivar. Por me apoiarem. Por estar sempre presente em minha vida. Pelos conselhos. Por serem pessoas maravilhosas. Por me amarem. Por serem meus pais.

Ao meu irmão Fábio que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos de minha vida, me ajudando, me apoiando, me incentivando, me aconselhando, me divertindo.

Ao meu orientador, Cleyton de Oliveira Ritta, pela sua dedicação, paciência, pelas horas cedidas de seu tempo para me auxiliar no desenvolvimento deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Enfim, agradecer a todas as pessoas que de forma direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho, o qual representa mais uma vitória em minha vida.

A todos, o meu muito obrigado.

"O temor do SENHOR é o princípio do conhecimento; os loucos desprezam a sabedoria e a instrução."

(Provérbios 1:7)

RESUMO

FONTANA, Patriele de Faveri. **Análise da demonstração dos fluxos de caixa: um estudo de caso em uma empresa cerâmica.** 2014. 53 p. Orientador: Cleyton de Oliveira Ritta. Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão Estratégica de Finanças e Controladoria. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

As demonstrações contábeis disponibilizam aos usuários informações sobre a situação patrimonial, econômica e financeira das organizações. A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia a movimentação de recursos no que concerne a origem e aplicação. Deste modo, o objetivo geral da pesquisa é analisar a movimentação de recursos financeiros em uma empresa de revestimentos cerâmicos por meio da demonstração dos fluxos de caixa entre o período de 2010 a 2013. Para atingir esse objetivo realizou-se uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa por meio de um estudo de caso em uma empresa de revestimentos cerâmicos, cuja sua matriz está localizada no sul de Santa Catarina. Conclui-se que a organização apresenta uma situação financeira favorável de curto prazo. A DFC evidencia que as políticas financeiras adotadas estão trazendo benefícios para a organização.

Palavras-chave: Demonstrações contábeis. Demonstração dos fluxos de caixa. Empresas cerâmicas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AC – Índice de Aquisição de Investimento
- BP – Balanço Patrimonial
- CDC – Índice de Cobertura de Dívidas com Caixa
- CJC – Índice de Cobertura de Juros com Caixa
- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
- CVM – Comissão de Valores Monetários
- DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
- DLPA – Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados
- DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
- DVA – Demonstração do Valor Adicionado
- FCO – Fluxo de Caixa Operacional
- IF – Índice de Investimentos x Financiamentos
- NE – Notas Explicativas
- NRV – Índice de Nível de Recebimento de Vendas
- PL – Patrimônio Líquido
- PC – Passivo Circulante
- PNC – Passivo Não Circulante
- QR – Índice de Qualidade de Resultado
- RCA – Índice de Retorno de Caixa sobre Ativos
- RPL – Índice de Retorno sobre Patrimônio Líquido
- RPPL – Índice de Retorno sobre Passivo e Patrimônio Líquido
- SC – Santa Catarina

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura do balanço patrimonial	18
Quadro 2: Demonstração do Resultado do Exercício	20
Quadro 3: Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	21
Quadro 4: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	23
Quadro 5: Demonstração do Valor Adicionado	24
Quadro 6: Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto	30
Quadro 7: Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto	31
Quadro 8 – Dem. dos Fluxos de Caixa da Empresa XYZ – Método Indireto	39
Quadro 9: Indicador de Cobertura de Juros de Caixa	42
Quadro 10: Indicador de Cobertura de Dívidas com Caixa	42
Quadro 11: Indicador de Nível de Recebimento de Vendas	42
Quadro 12: Indicador de Qualidade de Resultado	43
Quadro 13: Indicador de Aquisição de Capital	43
Quadro 14: Investimentos x Financiamentos	43
Quadro 15: Retorno de Caixa sobre Ativos	44
Quadro 16: Indicador Retorno sobre Passivo e Patrimônio Líquido	44
Quadro 17: Retorno sobre Patrimônio Líquido	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cobertura de Juros com Caixa.....	32
Figura 2 – Cobertura de Dívidas com Caixa.....	32
Figura 3 – Nível de Recebimento de Vendas.....	33
Figura 4 – Qualidade do Resultado.....	33
Figura 5 – Aquisição de Capital.....	34
Figura 6 – Relação Investimento e Financiamento	34
Figura 7 – Retorno de Caixa sobre Ativos.....	35
Figura 8 – Retorno de caixa sobre Passivo e Patrimônio Líquido	35
Figura 9 – Retorno de caixa sobre o Patrimônio Líquido	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMA	12
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 CONTABILIDADE E O SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	15
2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	16
2.2.1 Balanço Patrimonial	17
2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício	19
2.2.3 Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados	21
2.2.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	22
2.2.5 Demonstração do Valor Adicionado	23
2.2.6 Notas Explicativas	25
2.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	26
2.3.1 Objetivos da demonstração dos fluxos de caixa	26
2.3.2 Classificação das movimentações de caixa	27
2.3.3 Estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa	29
2.3.3.1 Método Direto	29
2.3.3.2 Método Indireto	30
2.4 INDICADORES DE ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA..	32
2.4.1 Quocientes de cobertura de caixa	32
2.4.2 Quocientes de qualidade do resultado	33
2.3.2.3 Quocientes de dispêndio de capital.....	34
2.3.2.4 Quocientes de Retornos do fluxo de caixa	34
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	37
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	37
3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	38
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	39
4.1 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS ANOS DE 2010 A 2013	39

4.2 INDICADORES FINANCEIROS DA DFC.....	42
4.3 ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA.....	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	47
ANEXOS	50

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, primeiramente, mostram-se o tema e o problema de pesquisa. Na sequência descrevem-se os objetivos geral e específicos do trabalho. Por fim tem-se a justificativa do estudo.

1.1 Tema e Problema

O cenário empresarial, de um modo geral, vem evoluindo constantemente devido à globalização econômica e a competitividade acirrada. Assim, as metas e estratégias são traçadas em decorrência das mudanças impostas pelo mercado com o objetivo de um posicionando inovador por parte dos gestores e proprietários. Os gestores começaram a perceber a necessidade de processos organizacionais mais efetivos que gerem informações consistentes e confiáveis para agilizar o processo de tomada de decisão.

Neste cenário, tem-se a Contabilidade que, segundo Padoveze (2007, p.29) é um “sistema de informações que controla o patrimônio de uma entidade” e, assim, dá o suporte para que os gestores tomem as decisões baseados em relatórios contábeis.

Tendo em vista a função da contabilidade, Marion (2003, p. 23) observa que ela “é o instrumento que auxilia a administração a tomar decisões, com a coleta de todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatório ou de comunicados que contribuem para a tomada de decisão”. Logo, é um instrumento importante para o gerenciamento dos negócios, impactando assim na longevidade das organizações.

Uma das principais informações disponibilizadas pela contabilidade são as demonstrações contábeis, que tem por objetivo “demonstrar e avaliar a situação econômica e financeira da empresa; atender o previsto na legislação; e servir como instrumento de informação para terceiros” (QUINTANA, 2009, p. 47).

Dentre as demonstrações contábeis destaca-as a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) que tem por objetivo demonstrar a situação financeira

das entidades. Para Casagrande (2009), a DFC tem o objetivo de evidenciar as entradas e saídas de disponibilidades, de um período para outro. Por meio da DFC é possível verificar as fontes geradoras e consumidoras de caixa.

Diante do exposto chega-se ao seguinte problema de pesquisa: Qual é a situação financeira de uma empresa de revestimentos cerâmicos por meio da análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa?

1.2 Objetivos da Pesquisa

Para a realização dessa pesquisa foram elaborados os objetivos geral e específicos que estão descritos a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a movimentação de recursos financeiros em uma empresa de revestimentos cerâmicos por meio da demonstração dos fluxos de caixa entre o período de 2010 a 2013.

1.2.2 Objetivos específicos

A partir do objetivo geral têm-se os objetivos específicos:

- 1) Verificar a estrutura da demonstração dos fluxos de caixa;
- 2) Mensurar os indicadores financeiros da demonstração dos fluxos de caixa;
- 3) Analisar a situação financeira da empresa.

1.3 Justificativa

Em um mercado altamente competitivo, no qual a dinâmica empresarial exige das organizações informações financeiras mais apuradas, para suporte às decisões por parte da administração; a gestão financeira de empresas apresenta-se como uma ferramenta eficiente de controle e apoio para os gestores. É por meio da gestão financeira que a empresa avalia suas

finanças e determina as melhores oportunidades de investimento e o reflexo que esta decisão trará em seu resultado.

A Demonstração do Fluxo de Caixa possibilita ao gestor verificar a posição financeira da empresa. Apresenta com clareza as origens e fontes de recursos utilizados em certo período. Além disso, mostra o quanto a empresa gerou de caixa operacional, o quanto aplicou em investimento ou o quanto teve que buscar de recursos.

Por isso, o presente trabalho se justifica, uma vez que aplicação dos indicadores de análise da DFC em um caso prático possibilita identificar pontos fortes e fracos da gestão financeira em uma organização e servem como apoio à gestão dos negócios. O trabalho, também, contribui com a comunidade geral, pois mostra a operacionalização das técnicas de análise financeira na gestão dos negócios.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresentam-se os aspectos relacionados à contabilidade, demonstrações contábeis; demonstração dos fluxos de caixa e indicadores de análise da situação financeira.

2.1 Contabilidade e o Sistema de Informações Contábeis

A contabilidade é essencial para a evolução e o sucesso empresarial. Ela está diretamente relacionada com o desempenho da organização, isto porque serve como um instrumento informacional para que os gestores tomem decisões que maximizem os resultados positivos e minimize as perdas.

Para Sá (2002, p. 46), a contabilidade “visa conhecer as relações que existem entre os fenômenos patrimoniais observados e busca conhecer como tais relações se estabelecem”; caracterizando a informação como um elemento acessório que evidencia o reflexo das relações que afetam o patrimônio da entidade.

Perez Jr. e Begalli (1999, p. 14) enfatizam que a contabilidade “deve ser vista como um sistema de informações, cujo método de trabalhar consiste, simplificada, em coletar, processar e transmitir dados sobre a situação econômico-financeira de uma entidade”.

Segundo Iudícibus e Marion (2002, p. 53), a contabilidade deve ser vista como um fornecedor de informações estruturadas de natureza econômica, financeira e, em segundo plano, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade.

A contabilidade não fornece dados e informações de forma dispersa e apenas seguindo as solicitações imediatas dos interessados, mas sim quem o faz de maneira estruturada dentro de um esquema de planejamento contábil em que um sistema de informação é desenhado, colocado em funcionamento e periodicamente revisto, tendo em vista parâmetros próprios (IUDÍCIBUS; MARION, 2002, p. 53).

Padoveze (2007, p. 29) acrescenta que o objetivo da contabilidade “é o controle de um patrimônio”; sendo assim, a contabilidade é primordial para a continuidade das atividades da organização.

Os sistemas de informações gerenciais são essenciais para o fornecimento das informações indispensáveis para os gestores em suas tomadas de decisões. Segundo Junior, Pestana e Franco (1997, p. 81),

o sistema de informações gerenciais objetiva fornecer condições para que os resultados reais das operações sejam apurados e comparados com os orçados. Isso é possível através da integração entre padrões e orçamentos (que fornecem os resultados previstos dentro de determinado nível de atividade) e contabilidade (que fornece os resultados efetivamente alcançados).

Mosimann, Alves e Fisch (1993, p. 52) destacam que “Sistemas de Informações - é uma rede de informações cujos fluxos alimentam o processo de tomada de decisões, não apenas da empresa como um todo, mas, também, de cada área de responsabilidade”.

Segundo Frezatti (2000, p. 72), as informações contábeis

devem estar disponibilizadas e proporcionam suportes para respostas às questões demandadas. Além das informações gerenciais, ou seja, aquelas necessárias ao processo de tomada de decisões internas. O processo de montagem do próprio orçamento é suportado pelas informações contábeis, que, por sua vez, serão obtidas para acompanhamento orçamentário. Por outro lado, a mesma base de dados deve gerar as informações fiscais, aquelas destinadas a atender às leis tributária e societária.

Para Lunkes (2007, p. 32) “é de suma importância um sistema contábil para gerar informação de apoio à tomada de decisão, guiando e direcionando as ações, monitorando e avaliando o desempenho e resultando na sua principal base de sustentação”.

Portanto, os sistemas de informações contábeis tem o intuito de armazenar e fornecer informações às organizações que servem como auxílio nas funções gerenciais e na tomada de decisão.

2.2 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são de vitais para as empresa e os usuários que procuram por meio delas informações sobre o desempenho

organizacional. Os objetivos da elaboração das demonstrações contábeis são vários, que vão desde a transparência das atividades operacionais da empresa até a captação de recursos para a manutenção da organização com terceiros.

Segundo Franco (1992, p. 93), “as principais demonstrações contábeis são exposições sintéticas dos componentes patrimoniais e de suas variações, a elas recorreremos quanto desejamos conhecer os diferentes aspectos da situação patrimonial e suas variações”.

Para Matarazzo (1998 p. 17),

as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A Análise de Balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficientes quanto melhores informações produzir.

A necessidade de elaboração das demonstrações contábeis decorre de disposições legais conforme a Lei n. 6.404/1976, em seu artigo 176, alterada pela Lei n. 11.638/2007; dispõe que:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e
- IV – demonstração dos fluxos de caixa; e
- V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

A seguir descrevem-se os principais aspectos das seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.

2.2.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia a estrutura patrimonial e a posição financeira de uma entidade. Sua estrutura apresenta os bens, direitos e obrigações classificados nos grupos de contas de ativo, passivo e patrimônio líquido.

Assaf Neto (2010, p. 47) enfatiza que

o balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento. A informação que esse demonstrativo fornece é totalmente estática e, muito provavelmente, sua estrutura se apresentará relativamente diferente algum tempo após seu encerramento. No entanto, pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa.

Gitman (2004) enfatiza que, o BP tem por objetivo apresentar, por descrição sintética, a posição financeira da empresa em certa data.

Segundo Matarazzo (1992), o Ativo mostra o que existe concretamente na empresa, todos os bens e direitos devem ter comprovantes documentais, com exceção das despesas antecipadas e as diferidas. O Passivo exigível e o Patrimônio Líquido mostram a origem dos recursos que estão investidos no Ativo.

O Quadro 01 demonstra a estrutura do balanço patrimonial.

Quadro 1 – Estrutura do balanço patrimonial

ATIVO	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	Patrimônio Líquido
Investimentos	Capital Social
Imobilizado	Reservas de Capital
Intangível	Reservas de Lucros
	Ações em Tesouraria
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Prejuízos Acumulados

Fonte: Adaptado de Iudícibus *et al.* (2013).

O Balanço Patrimonial é evidenciado a composição patrimonial da entidade. Por meio dele avaliam-se os bens, direitos e obrigações pertencentes à organização.

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) mostra as receitas, custos e despesas provenientes das operações ocorridas em certo período.

Segundo Iudícibus, Martins, Gelbeck (1995, p. 503), “A Demonstração do Resultado do Exercício é a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período”.

Na elaboração da DRE, Ribeiro (2008, p. 53) destaca dois tipos de contas:

A DRE é composta por contas de Resultado e Patrimoniais: as contas de resultado referem-se a todas as contas que representam as despesas, os custos e as receitas, observando o princípio da competência. As contas patrimoniais são aquelas representativas das deduções e das participações no resultado.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (2011, p. 24), a DRE deve, no mínimo, incluir algumas rubricas, tais como:

- (a) receitas;
- (b) custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos;
- (c) lucro bruto;
- (d) despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
- (e) parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial;
- (f) resultado antes das receitas e despesas financeiras;
- (g) despesas e receitas financeiras;
- (h) resultado antes dos tributos sobre o lucro;
- (i) despesa com tributos sobre o lucro;
- (j) resultado líquido das operações continuadas;
- (k) valor líquido dos seguintes itens: (i) resultado líquido após tributos das operações descontinuadas; (ii) resultado após os tributos decorrente da mensuração ao valor justo menos despesas de venda ou na baixa dos ativos ou do grupo de ativos à disposição para venda que constituem a unidade operacional descontinuada.
- (l) resultado líquido do período.

O Quadro 2 mostra a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício.

Quadro 2: Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Receita Operacional Bruta
(-) Deduções e Abatimentos
(-) Devolução de vendas / Impostos e Contribuições incidentes sobre vendas
(-) Descontos e abatimentos
(=) Receita Operacional Líquida
(-) Custo dos Produtos Vendidos
(-) Custo das Mercadorias Vendidas
(-) Custo dos Serviços Prestados
(=) Lucro Operacional Bruto (Margem ou Resultado)
(-) Despesas Operacionais
(-) Despesas com Vendas
(-) Despesas Administrativas
(-) Despesas Tributárias
(-) Despesas Operacionais Financeiras
(-) Despesas Financeiras
(+) Receitas Financeiras
(+/-) Variações Cambiais
(+/-) Outras Receitas ou (despesas)
(=) Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social
(-) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro
(=) Lucro Líquido após provisão e antes das participações
(-) Participações de Debêntures, Empregados, Administradores e Partes Beneficiárias e Fundo de Assistência e Previdência de Empregados.
(=) Lucro Líquido do Exercício

Fonte: Adaptado de Iudícibus *et al.* (2010)

A DRE apresenta o resultado econômico da entidade. Para os usuários das informações contábeis é importante conhecer a natureza das receitas e despesas que contribuíram para a geração do resultado.

2.2.3 Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados

A Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA) mostra a movimentação da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados ocasionado no exercício social.

Para Assaf Neto (2010, p. 75),

a DLPA promove a integração entre o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE). Seu objetivo básico é o de demonstrar a destinação do lucro líquido do exercício: parcela distribuída aos acionistas e aquela retida pela empresa para reinvestimento. [...] Pela Lei atual das sociedades por ações, a conta “Lucros Acumulados” não pode apresentar saldo positivo ao final do exercício social.

Ribeiro (2008) esclarece que a DLPA antes da Lei n. 11.638/2007, era utilizada para evidenciar as mutações ocorridas na conta “lucros ou Prejuízos acumulados”, agora todo lucro apurado no final do exercício deve ser destinado à compensação de prejuízos, à constituição de reservas e à distribuição de dividendos.

A Lei n. 6.404/76, alterada pela Lei n. 11.638, em seu artigo 186, estabelece que,

a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

O Quadro 3 mostra a estrutura da DLPA.

Quadro 3: Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS
Saldo de Lucros no Início de Período
(+ ou -) Ajustes de Exercícios Anteriores
(+) Reversão de Reservas
(+) Lucro Líquido do Exercício
(=) Lucro Total Disponível
(-) Transferência para Reservas de Lucros
a) Reserva Legal
b) Reservas Estatutárias

- c) Reservas de Contingências
- d) Retenção de Lucros (Reserva Orçamentária)
- e) Reservas de Lucros a Realizar
- (-) Dividendos
- Saldo de Lucros ao Final do Período

Fonte: Iudícibus *et al* (2009, p. 234)

A DLPA é de grande importância para os dividendos, pois apresenta de forma resumida todas as informações que os influenciarão. Demonstra os fatores que modificaram (para mais ou para menos) os saldos dos lucros ou prejuízos acumulados

2.2.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) apresenta a movimentação das contas que compõem o Patrimônio Líquido de uma entidade em certo período.

Segundo Iudícibus *et al.* (2010, p. 554),

A DMPL é de muita utilidade, pois fornece a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas componentes do Patrimônio Líquido; faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no Patrimônio Líquido durante o exercício.

A DMPL será demonstrada em uma planilha disposta em colunas que trazem as contas do PL mostrando as operações e transformações nos valores aferidos no período apurado.

A DMPL é composta por colunas onde são evidenciadas as operações ocorridas no Patrimônio Líquido. No que se refere à apresentação das Reservas de Capital, de Lucro e Outros resultados Abrangentes, a divulgação de forma analítica (com uma coluna para cada conta) ou sintética (com o agrupamento das contas) fica a critério da entidade (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 558).

O Quadro 4 evidencia a estrutura da DMPL.

Quadro 4: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Movimentações	Capital Social	Reservas de Capital		Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros					Lucros ou Prejuízos Acumulados	
		Ágio na Subscrição de Ações	Doações e Subvenções		Reserva Legal	Reservas estatutárias	Reservas para contingência	Reservas para Expansão	Reservas de Lucros a Realizar		Outras
Saldo no início do Exercício											
Ajustes de Exercícios Anteriores											
Dividendos Extraordinários											
Aumento de Capital por Incorporação de Reservas											
Aumento de Capital por Subscrição de Integralização de Novas Ações											
Reversões de Reservas											
Lucro Prejuízo Líquido do Exercício											
Reavaliação do Ativo Permanente											
Incentivos Fiscais do IR											
Proposta de Destinação do Lucro											
Transferência para Reservas											
Dividendos Propostos											
Saldo Final do Exercício											

Fonte: Assaf Neto (2007, p. 103).

A DMPL traz informações complementares sobre a destinação do montante de lucro para a formação das reservas patrimoniais, reversão de reservas, distribuição de dividendos, entre outras ações que impactam o capital próprio da organização.

2.2.5 Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) revela a riqueza gerada pela empresa e demonstra como ocorre a distribuição dessa riqueza para a sociedade.

Conforme Ludícibus *et al.* (2013, p. 667), a DVA

tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa resultante de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a sua criação. Desse modo, a DVA acaba por prestar informações a todos os agentes econômicos interessados na empresa, tais como empregados, clientes, fornecedores, financiamentos e governos.

A DVA passou a ser obrigatória somente para sociedades por ações de capital aberto a partir da alteração que a Lei n. 6.404/76 que sofreu

mudança em seu art. 176, no § 5º, com advento da Lei n. 11.638/2007, que obrigou as sociedades de capital aberto a publicarem essa demonstração.

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo: *(Redação dada pela Lei n. 11.638 de 2007)*

II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. *(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007).* (Lei 6.404/76)

O Quadro 5 demonstra a estrutura da DVA.

Quadro 5: Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – EMPRESAS EM GERAL		
DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	Em milhares de reais
	20X1	20X0
1 – RECEITA		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
Outras Receitas		
Receitas relativas à construção de ativos próprios		
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa – Reversão/(Constituição)		
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços de terceiros		
2.2.) Materiais, energia, serviços, de terceiros e outros		
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRSNFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 +6)		

8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – FGTS		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 – Juros sobre capital próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos/Prejuízos Acumulados		
8.4.4 – Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: Iudícibus *et al.* (2013)

A entidade deve elaborar a DVA e apresentá-la como parte integrante das suas demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício social (RODRIGUES *et al.*, 2011, p. 67).

A DVA representa, de forma prática e efetiva, os dados, principalmente da demonstração do resultado do exercício, apresentados de outro modo estrutural (ALMEIDA, 2010).

2.2.6 Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis são acompanhadas por Notas Explicativas que tem por finalidade oferecer informações complementares para o entendimento da situação patrimonial, econômica e financeira das organizações.

A publicação das Notas Explicativas está prevista no § 4º do art. 176 da Lei n. 6.404/76, o qual dispõe que “as demonstrações serão complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”.

Segundo Iudícibus (1998 p. 65), algumas informações devem constar nas Notas Explicativas:

Os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais investimentos em outras sociedades (quando relevantes) [...] o aumento de valor de elementos do Ativo que resultam de novas avaliações [...] os ônus reais constituídos sobre elementos do Ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes [...] a taxa de juros, as datas de vencimentos e as garantias das obrigações a longo prazo [...] o número, as espécies e as classes das ações do Capital Social [...] as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício [...] os ajustes de exercícios anteriores [...] os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e sobre os resultados futuros da companhia”.

De acordo com CPC 26 (2011, pg. 4), as notas explicativas

contêm informação adicional em relação à apresentada nas demonstrações contábeis. As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

As notas explicativas são informações que auxiliarão no entendimento de fatos que por meio de números não são suficientes para a perfeita compreensão da conta contábil ou transação realizada.

2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

2.3.1 Objetivos da demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) demonstra a situação financeira da organização por meio da apresentação da geração e aplicação de caixa. A DFC passou a ser obrigatória com a alteração da Lei n. 6.404/76 de acordo com a Lei n. 11.638/2007 que estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração da DFC em substituição à demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).

A DFC mostra aos usuários as modificações ocorridas nos equivalentes de caixa de uma empresa durante o exercício social. Santi Filho (2004, p. 03) observa que o caixa e respectivos equivalentes “são os investimentos de altíssima liquidez, prontamente conversíveis em uma quantia

conhecida de dinheiro e que apresentam risco insignificante de alteração de valor”, como por exemplo: depósitos bancários a vista, numerários em trânsito e aplicações de liquidez imediata.

Segundo Ludícibus et al., (2010, p. 565), a função da DFC

é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorrido durante um determinado período, e com isso ajudar os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalente de caixa, bem como suas necessidades para utilizar esses fluxos de caixa.

As informações sobre os fluxos de caixa são úteis para avaliar a capacidade de a entidade gerar recursos e permitir a comparabilidade de geração de caixa entre diferentes entidades (CPC n. 03 , 2010).

O Pronunciamento Técnico CPC 03 (2010, p. 3) expõe que:

As informações sobre os fluxos de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e as necessidades da entidade para utilizar esses recursos. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem uma avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época e do grau de segurança de geração de tais recursos.

A DFC é uma ferramenta importante para análise das informações contábeis, pois apresenta as origens dos recursos e como foram aplicados. Assim, consegue identificar se houve excesso ou falta de caixa.

2.3.2 Classificação das movimentações de caixa

O Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa estabelece a seguinte classificação para as movimentações financeiras da DFC: atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamentos.

Segundo Ludícibus et al. (2010, p. 567), as atividades operacionais “envolvem todas as atividades relacionadas com a produção e entrega de bens e serviços e os eventos que não sejam definidos como atividade de investimento e financiamento”.

As atividades operacionais caracterizam-se pelas seguintes transações:

- (a) Recebimento de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços;
- (b) recebimento de caixa decorrentes de royalties, honorários, comissões e outras receitas;
- (c) pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e serviços;
- (d) pagamentos de caixa a empregados ou por conta de empregados;
- (e) recebimentos e pagamentos de caixa por seguradora de prêmios e sinistros, anuidades e outros benefícios de apólice;
- (f) pagamentos ou restituição de caixa de imposto de renda, a menos que possam ser especificadamente identificados com as atividades de financiamento ou de investimento; se
- (g) recebimentos e pagamentos de caixa de contratos mantidos para negociação ou disponíveis para venda futura (CPC 03, 2010, p. 5).

Segundo Ludícibus et al. (2013, p. 654), nas atividades de investimento “relacionam-se normalmente com o aumento e diminuição dos ativos de longo prazo (não circulantes) que a empresa utiliza para produzir bens e serviços”. Cita-se como exemplo: concessão e recebimento de empréstimos, aquisição e alienação de imobilizados, etc.

As atividades de investimentos caracterizam-se pelas seguintes transações:

- (a) pagamentos em caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo. Esses pagamentos incluem aqueles relacionados aos custos de desenvolvimento ativados e aos ativos do imobilizados de construção própria;
- (b) recebimento de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo;
- (c) pagamentos em caixa para aquisição de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em *joint ventures* (exceto aqueles pagamentos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou aqueles mantidos para negociação imediata ou futura);
- (d) recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em *joint ventures* (exceto aqueles recebimentos referentes aos títulos considerados como equivalentes de caixa e aqueles mantidos para negociação imediata ou futura);
- (e) adiantamentos em caixa e empréstimos feitos a terceiros (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos feitos por instituições financeiras);
- (f) recebimentos de caixa pela liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos de instituição financeira);
- (g) pagamentos em caixa por contratos futuros, a termo, de opção e *swap*, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou futura, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamentos; e
- (h) recebimentos de caixa por contratos futuros, a termo, de opção *swap*, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou venda futura, ou os recebimentos forem

classificados como atividades de financiamento (CPC 03, 2010, p. 6).

De acordo com Iudícibus et al. (2013, p. 655), as atividades de financiamento “incluem a obtenção de recursos sobre seus proprietários e o pagamento a estes retornos sobre seus investimentos ou do próprio reembolso do investimento”. Também podem ser inclusas as obtenção de empréstimos juntos à credores e sua liquidação.

As atividades de financiamentos caracterizam-se pelas seguintes transações:

- (a) caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais;
- (b) pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade;
- (c) caixa recebido pela emissão de debêntures, empréstimos, notas promissórias, outros títulos de dívida, hipotecas e outros empréstimos de curto e longo prazo;
- (d) amortização de empréstimos e financiamentos; e
- (e) pagamentos em caixa pelo arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro (CPC 03, 2010, p. 7).

A classificação por tipo de movimentação financeira permite identificar: a) as operações que contribuíram para geração ou consumo de caixa; b) os investimentos que geraram ou consumiram caixa; c) as fontes de recursos captadas.

2.3.3 Estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa

A elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa pode seguir dois métodos, o Direto ou Indireto.

2.3.3.1 Método Direto

A DFC pelo método é elaborada “a partir das movimentações efetivas financeiramente constantes nos relatórios contábeis do caixa e equivalentes a caixa” (PADOVEZE, 2007, p. 383).

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 402), o método direto “explica as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes

das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos de fornecedores e empregados”.

O Quadro 6 expõe a estrutura da DFC pelo método direto.

Quadro 6: Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto
Fluxo das Atividades Operacionais
(+) Recebimento de clientes
(-) Pagamento a fornecedores e empregados
(=) Caixa gerado pelas operações
(-) Juros pagos
(-) Imposto de renda e contribuição social
(-) Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos
(=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais
Fluxo de caixa das atividades de investimento
(-) Aquisição de controlada X menos caixa líquido incluído na aquisição
(-) Compra de ativo imobilizado
(+) Recebimento pela venda de equipamentos
(+) Juros recebidos
(+) Dividendos recebidos
(=) Caixa líquido usado nas atividades de investimento
Fluxo de caixa das atividades de financiamento
(+) Recebimento pela emissão de ações
(+) Recebimento de empréstimos a longo prazo
(-) Pagamento de passivo por arrendamento
(-) Dividendos pagos
(=) Caixa líquido usado nas atividades de financiamento
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa no início do período
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

Fonte: CPC 03.

A DFC pelo método direto é mais detalhada e exige a segregação de toda movimentação financeira.

2.3.2.2 Método Indireto

A Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto é elaborada a partir do lucro líquido ajustado pelo aumento ou redução das contas do ativo, passivo e patrimônio líquido; além das receitas e despesas que não afetam o caixa (IUDICIBUS; MARION, 2002; HOJI, 2010).

De acordo com Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 402), “o método indireto faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, por isso, é também chamado de método de reconciliação”.

Quadro 7 apresenta a estrutura da DFC pelo método indireto.

Quadro 7: Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

<p>Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto</p> <p>Fluxo das Atividades Operacionais</p> <p>Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social</p> <p>Ajuste por:</p> <ul style="list-style-type: none"> (+) Depreciação (+) Perda cambial (-) Renda de investimentos (+) Despesa de juros (±) Aumento ou diminuição nas contas a receber de clientes e outros (±) Aumento ou diminuição nos estoques (±) Aumento ou diminuição nas contas a pagar - fornecedores (=) Caixa proveniente das operações (-) Juros pagos (-) Imposto de renda e contribuição social pagos (-) Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos (=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais <p>Fluxo de caixa das atividades de investimento</p> <ul style="list-style-type: none"> (-) Aquisição de controlada X menos caixa líquido incluído na aquisição (-) Compra de ativo imobilizado (+) Recebimento pela venda de equipamentos (+) Juros recebidos (+) Dividendos recebidos (=) Caixa líquido usado nas atividades de investimento <p>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</p> <ul style="list-style-type: none"> (+) Recebimento pela emissão de ações (+) Recebimento de empréstimos a longo prazo (-) Pagamento de passivo por arrendamento (-) Dividendos pagos (=) Caixa líquido usado nas atividades de financiamento <p>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</p> <p>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</p> <p>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</p>

Fonte: CPC 03.

A DFC pelo método indireto é mais sintética, mas necessita de reconciliação da conta de resultado por meio das variações das contas patrimoniais e movimentação das contas de receitas e despesas que não afetam o caixa como, por exemplo: depreciação, provisões e variações cambiais.

2.4 Indicadores de Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações contábeis fornecem por meio de indicadores, informações relevantes sobre as situações das empresas. Com DFC é possível calcular indicadores que auxiliam na identificação da situação financeira da entidade.

Braga e Marques (2001) propõem as seguintes categorias de indicadores para análise da DFC: a) Quocientes de Cobertura de Caixa; b) Quocientes de Qualidade do Resultado; c) Quocientes de Dispendio de Capital; e d) Quocientes de Retornos do Fluxo de Caixa. Tais indicadores são detalhados a seguir.

2.4.1 Quocientes de cobertura de caixa

Tem-se como quocientes de cobertura de caixa: a) Cobertura de Juros com Caixa - mostra o número de períodos que as saídas de caixa pelos juros, são cobertas pelos fluxos de FCO e b) cobertura de dívidas com caixa - sinaliza se o fluxo de FCO retido tem sido adequado para cumprir os vencimentos das dívidas dentro do exercício (BRAGA; MARQUES, 2001).

A Figura 1 exibe a fórmula da cobertura de juros com caixa.

Figura 1 – Cobertura de Juros com Caixa

$\text{Cobertura de juros com caixa} = \text{FCO} \div \text{Despesas Financeiras}$

Fonte: Adaptado de Braga e Marques (2001).

Aponta o quanto à organização gerou de caixa operacional para cada R\$ 1,00 de despesas financeiras pagas. Quanto maior for este indicador, melhor será a situação financeira.

A Figura 2 exibe a fórmula da cobertura de dívidas com caixa.

Figura 2 – Cobertura de Dívidas com Caixa

$\text{Cobertura de dívidas com caixa} = \text{FCO} \div \text{Exigível Total}$

Fonte: Adaptado de Braga e Marques (2001).

Aponta o quanto à organização gerou de caixa operacional para cada R\$ 1,00 de passivo exigível total. Quanto maior for este indicador, melhor será a situação financeira.

2.4.2 Quocientes de qualidade do resultado

Tem-se como quocientes de qualidade de resultado: a) Nível de recebimento de vendas - mede a proporção das receitas de vendas convertidas em dinheiro no exercício pelos recebimentos e cobranças de clientes e b) Qualidade do Resultado - consiste num índice que compara o FCO ao resultado operacional (BRAGA; MARQUES, 2001).

A Figura 3 exibe a fórmula do nível de recebimento das vendas.

Figura 3 – Nível de Recebimento de Vendas

$$\text{Nível de recebimento de vendas} = \text{FCO} \div \text{Receita de Vendas}$$

Fonte: Adaptado de Braga e Marques (2001).

Aponta o quanto à organização gerou de caixa operacional para cada R\$ 1,00 de vendas. Quanto maior for este indicador, melhor será a situação financeira.

A Figura 4 exibe a fórmula da qualidade do resultado.

Figura 4 – Qualidade do Resultado

$$\text{Qualidade do resultado} = \text{FCO} \div \text{Resultado Operacional}$$

Fonte: Adaptado de Braga e Marques (2011).

Aponta o quanto à organização gerou de caixa operacional para cada R\$ 1,00 de resultado operacional. Quanto maior for este indicador, melhor será a situação financeira.

2.3.2.3 Quocientes de dispêndio de capital

Tem-se como quocientes de dispêndio de capital: a) aquisição de capital - sinaliza a habilidade do negócio em atender suas necessidades de aquisições de bens de capital e b) relação investimentos e financiamentos - revela como os investimentos estão sendo financiados (BRAGA; MARQUES, 2001).

A Figura 5 expõe a fórmula das aquisições de capital.

Figura 5 – Aquisição de Capital

$\text{Aquisições de capital} = \text{FCO} \div \text{caixa pago por investimentos de capital}$

Fonte: Adaptado de Braga e Marques (2001).

Aponta o quanto à organização gerou de caixa operacional para cada R\$ 1,00 de caixa pago por investimento de capital. Quanto maior for este indicador, melhor será a situação financeira.

A Figura 6 expõe a fórmula da relação investimento e financiamento.

Figura 6 – Relação Investimento e Financiamento

$\text{Investimento x financiamento} = \frac{\text{Fluxo de caixa líquido de investimentos}}{\text{Fluxo de caixa líquido de financiamentos}}$
--

Fonte: Adaptado de Braga e Marques (2001)

Aponta o quanto à organização gerou de fluxo de caixa líquido de investimentos para cada R\$ 1,00 de fluxo de caixa líquido de financiamentos. Quanto mais próximo de 1,00; mais equilibrada é a relação de investimentos e financiamentos.

2.3.2.4 Quocientes de Retornos do fluxo de caixa

Tem-se como quocientes de retornos do fluxo de caixa: a) retorno de caixa sobre ativos - evidencia-se a geração de caixa sobre os ativos totais; b) retorno sobre o passivo e patrimônio líquido – sinaliza a geração de caixa sobre

o capital de terceiros e próprio; e c) retorno de caixa sobre o patrimônio líquido – mede a geração de caixa sobre o capital próprio (BRAGA; MARQUES, 2001).

A Figura 7 evidencia a fórmula do retorno do caixa sobre os ativos.

Figura 7 – Retorno de Caixa sobre Ativos

$$\text{Retorno de Caixa sobre ativos} = \text{FCO} \div \text{Ativos Totais}$$

Fonte: Adaptado de Braga e Marques (2001).

Aponta o quanto à organização gerou de caixa operacional para cada R\$ 1,00 de ativos totais. Quanto maior for este indicador, melhor será a situação financeira.

A Figura 8 evidencia a fórmula do retorno sobre passivo e patrimônio líquido.

Figura 8 – Retorno de caixa sobre Passivo e Patrimônio Líquido

$$\text{Retorno caixa sobre passivo e patrimônio líquido} = \text{FCO} \div (\text{patrimônio líquido} + \text{exigível a longo prazo})$$

Fonte: Adaptado de Braga e Marques (2001).

Aponta o quanto à empresa gerou de caixa operacional para cada R\$ 1,00 de recursos não correntes. Quanto maior for este indicador, melhor será a situação financeira.

A Figura 9 evidencia a fórmula do retorno sobre patrimônio líquido.

Figura 9 – Retorno de caixa sobre o Patrimônio Líquido

$$\text{Retorno sobre o Patrimônio Líquido} = \text{FCO} \div \text{Patrimônio Líquido}$$

Fonte: Adaptado de Braga e Marques (2001).

Aponta o quanto à organização gerou de caixa operacional para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido. Quanto maior for este indicador, melhor será a situação financeira.

Diante dos indicadores apresentados é possível analisar a situação financeira das organizações. Entretanto, cabe observar que a análise das

demonstrações contábeis deve considerar outros indicadores e fatores para uma conclusão mais efetiva.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo descrevem-se os procedimentos metodológicos que norteiam o trabalho. Primeiramente, mostra-se o enquadramento metodológico da pesquisa. Em seguida, discorre-se sobre as características do objeto de pesquisa. Por fim, evidenciam-se os procedimentos para a coleta e análise dos dados.

3.1 Enquadramento Metodológico

Este estudo consiste em um trabalho científico para atingir os objetivos da pesquisa, observando os enquadramentos metodológicos que são: descritivo, qualitativo, quantitativa, estudo de caso e análise documental com dados secundários.

A pesquisa é descritiva, pois descreve a situação financeira de uma organização. Beuren et al., (2004, p. 83), neste tipo de pesquisa “preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. Assim, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador”.

A abordagem do problema é de forma quantitativa e qualitativa, uma vez que se mensura a relação entre dados financeiros e se interpreta os resultados obtidos para a compreensão da situação financeira da organização. Para Beuren et al., (2004, p. 92), a pesquisa qualitativa:

É primordial no aprofundamento de questões relacionadas ao desenvolvimento da Contabilidade, seja no âmbito teórico ou prático. O uso do método qualitativo é muito comum em Contabilidade, pois, a Contabilidade é uma ciência social, portanto nem sempre sendo exata, apesar de lidar com números. Este uso é ocasionado porque a pesquisa qualitativa importa-se com a busca do comportamento dos acontecimentos.

Em relação à pesquisa quantitativa, Beuren et al., (2004, p. 93) esclarece que neste tipo de pesquisa “se utiliza de instrumentos estatísticos desde a coleta, até a análise e o tratamento dos dados”.

A pesquisa configura-se com estudo de caso em uma cerâmica de revestimentos cerâmicos localizada no sul do estado de Santa Catarina. Segundo Gil (1996, p.58), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo

profundo exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”.

A pesquisa é do tipo documental, uma vez que os dados foram nas extraídos das Demonstrações Contábeis, principalmente da DFC, referentes aos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013. Segundo Oliveira (2007, p.69), a pesquisa documental, caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico como, relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação.

Com a utilização de tais enquadramentos metodológicos, realiza-se uma pesquisa para analisar a movimentação de recursos financeiros em uma empresa de revestimentos cerâmicos por meio da demonstração dos fluxos de caixa entre o período de 2010 a 2013.

3.2 Procedimentos de coleta e análise dos dados

A empresa objeto de estudo aqui denominada de Cerâmica XYX S/A., nome fictício para proteção do nome da organização, teve sua fundação na década de 60. Atualmente, possui um vasto portfólio de produtos cerâmicos que atendem o mercado nacional e interacional. Os produtos da Cerâmica XYZ são reconhecidos pela inovação, qualidade e design arrojado.

A Cerâmica XYZ tem faturamento anual acima de R\$ 784,9 milhões; conta com 06 unidades de produção; possui uma área de aproximadamente 730 mil m², aos quais, deste, 30% são de reserva ambiental. Em 2013, a companhia iniciou um processo de emissão de debêntures não conversíveis conforme a instrução CVM n. 476 no valor de R\$ 130 milhões, cujo registro efetivo se dará em abril/2014. Esta ação faz parte do processo de reestruturação financeira da empresa que tem como propósito alongar o perfil da dívida e reduzir custos financeiros.

Os dados necessários para pesquisa foram coletados no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e na Demonstração dos Fluxos de Caixa do ano de 2010, 2011, 2012 e 2013 divulgados no Diário Oficial de Santa Catarina.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, descrevem-se os resultados da pesquisa de acordo com os objetivos propostos: (1) estrutura da demonstração dos fluxos de caixa; (2) indicadores financeiros da demonstração dos fluxos de caixa; e (3) análise da situação financeira da empresa.

4.1 Demonstração dos fluxos de caixa dos anos de 2010 a 2013

O Quadro 8 apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa dos anos de 2010 a 2013. Os dados aqui informados estão expressos em milhares de reais.

Quadro 8 – Dem. dos Fluxos de Caixa da Empresa XYZ – Método Indireto

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em milhares de reais)				
MÉTODO INDIRETO	2010	2011	2012	2013
Fluxo de Caixa das atividades operacionais				
Resultado do Exercício	-9.500	-10.562	-2.125	31.105
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	11.607	13.977	15.495	16.538
Constituição/reversão de provisões líquidas	-1.781	-750	-3.149	-3.757
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	298	747
Impostos Diferidos	-1.494	-5.373	-4.524	5.093
Custo residual dos bens vendidos	2.896	8.213	11.337	2.220
Custo residual dos intangíveis baixados	3.008	377	946	810
Juros e variações cambiais não realizadas	21.921	38.162	40.933	24.604
Equivalência patrimonial	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	783	-	-	-
Variações nos ativos e passivos				
Redução (Aumento) em contas a receber	-9.559	-3.440	-25.317	7.575
Redução (aumento) em aplicações financeiras e contas correntes vinculadas	-3.491	-24.352	16.665	9.702

(Aumento) redução nos estoques	-6.915	-3.608	1.994	7.002
Redução (aumento) em outros créditos	-4.615	-11.760	5.072	7.324
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar	3.082	-4.477	2.242	1.592
(Aumento) no crédito com a Eletrobrás	-5.271	-12.944	-2.444	-2.754
Redução (aumento) em despesas antecipadas	-4.565	-5.870	2.073	3.874
(Aumento) redução em imóveis a comercializar	37	375	-3.037	316
(Redução) aumento de fornecedores	-13.479	9.585	-2.361	-749
(Redução) receita diferida	-	-	-	-
Aumento (redução) demais contas a pagar	-1.119	-1.245	1.588	1.100
Aumento em impostos e contribuições parcelados	11.170	11.019	1.893	44.787
Aumento em obrigações tributárias	3.409	12.486	41.557	-36.310
Aumento em salários e encargos sociais	3.173	539	557	261
Aumento (redução) em adiantamentos de clientes	2.209	-1.390	374	6.631
Aumento em comissões a pagar	-446	71	657	-1.575
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.060	9.033	100.724	126.136
Fluxos de caixa nas atividades de Investimentos				
Aquisição de Ativo Imobilizado	-16.390	-15.630	-17.528	-16.707
Aquisição de Ativo Intangível	-647	-2.176	-684	-649
Investimentos	372	244	-	456
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	-16.665	-17.562	-18.212	-16.900
Fluxos de caixa nas atividades de Financiamentos				
Empréstimos tomados	289.442	250.503	456.635	296.998
Empréstimos pagos (principal e juros)	-267.212	-236.294	-526.122	-386.099
Mutuo ativo com partes relacionadas	-5.044	-11.263	-8.829	-13.771
Caixa líquido proveniente das atividades de Financiamentos	17.186	2.946	-78.316	-102.872
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.581	-5.583	4.196	6.364
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes a caixa				

No início do exercício	5.563	7.144	1.561	5.757
No fim do exercício	7.144	1.561	5.757	12.121
	1.581	-5.583	4.196	6.364

Fonte: Diário Oficial SC (anos 2010 a 2013.)

Com base nas informações da DFC, elaborada pelo método indireto, verifica-se o melhor desempenho em relação à geração de caixa, nos períodos analisados, foi no ano de 2013. Neste período, computou-se um montante de R\$ 126.136 mil de caixa operacional. As atividades de investimentos consumiram o equivalente a R\$ 16.900 mil e as atividades de financiamentos consumiram o montante de R\$ 102.872 mil. No período, tivemos uma geração positiva de caixa de R\$ 6.364 mil.

Na DFC percebe-se algumas rubricas com variações significativas, como por exemplo: “contas a receber”, “aplicações financeiras e contas correntes vinculadas”, “obrigações tributárias”, “ativo imobilizado”, “empréstimos tomados” e “empréstimos pagos”.

A conta de clientes teve variações expressivas nos períodos analisados. Apesar do crescimento constante do faturamento da empresa, o ano de 2012 foi o ano que apresentou a maior aplicação de recursos nesta rubrica (R\$ 25.317 mil).

Na conta de aplicações financeiras e contas correntes vinculadas, nota-se que, no ano de 2011 foram aplicados o equivalente a R\$ 24.352 mil. No entanto, no anos de 2012 e 2013 esta rubrica gerou recursos equivalentes a R\$ 16.665 mil e R\$ 9.702 mil (respectivamente), pela redução de aplicações financeiras.

A conta de impostos e contribuições parcelados teve uma geração de caixa R\$ 44.787 mil (2013). Isso representa que a organização utilizou dessas fontes para financiar as operações com o alongamento da dívida tributária. As obrigações tributárias consumiram caixa de R\$ 36.310 mil (2013).

A conta de aquisição de imobilizado mostra uma política equilibrada em todos os períodos analisados. O montante de compras dos bens do ativo imobilizado foi de R\$ 16.707 (2013) e concentram-se em máquinas e instalações.

O confronto entre empréstimos tomados e pagos mostra que a organização pagou mais do que contratou. Nos anos de 2012 e 2013, a organização pagou o montante de R\$ 78.316 e R\$ 102.872, respectivamente.

4.2 Indicadores Financeiros da DFC

O Quadro 9 apresenta o indicador Cobertura de Juros com Caixa.

Quadro 9: Indicador de Cobertura de Juros de Caixa

Indicador	Variável	2010		2011		2012		2013	
CJC	FCO	1.060	0,02	9.033	0,12	100.724	1,27	126.136	2,11
	Despesas Financeiras	65.610		77.243		79.257		59.669	

Fonte: Adaptado pela autora.

Constatou-se que nos anos de 2012 e 2013, a organização conseguiu gerar caixa operacional para cobrir as despesas financeiras. A melhor cobertura ocorreu no ano de 2013, quando para cada R\$ 1,00 de despesas financeiras tivemos R\$ 2,11 de geração de caixa operacional.

O Quadro 10 apresenta o indicador Cobertura de Dívidas com Caixa.

Quadro 10: Indicador de Cobertura de Dívidas com Caixa

Indicador	Variável	2010		2011		2012		2013	
CDC	FCO	1.060	0,00	9.033	0,01	100.724	0,15	126.136	0,21
	Exigível Total	589.279		649.771		658.132		613.408	

Fonte: Adaptado pela autora.

A empresa não gerou caixa suficiente para cobrir as obrigações com terceiros. Nos anos de 2012 e 2013 foram os períodos que tiveram um aumento representativo nesse indicador; mostrando que para cada R\$ 1,00 de exigível total foram gerados R\$ 0,21 de fluxo de caixa operacional no ano de 2013.

O Quadro 11 apresenta o indicador de Nível de Recebimento de Vendas.

Quadro 11: Indicador de Nível de Recebimento de Vendas

Indicador	Variável	2010		2011		2012		2013	
NRV	FCO	1.060	0,00	9.033	0,01	100.724	0,14	126.136	0,16
	Receita de Vendas	630.430		657.361		734.505		784.820	

Fonte: Adaptado pela autora.

Este indicador nos mostra a proporção de receita de vendas convertidas em dinheiro pelos recebimentos e cobranças de clientes. Em todos os anos analisados, a empresa não gerou caixa suficiente para cobrir as vendas. O melhor período foi o ano de 2013, indicando que para cada R\$ 1,00 em vendas foi gerado R\$ 0,16 de caixa operacional.

O Quadro 12 apresenta o indicador de Qualidade do Resultado.

Quadro 12: Indicador de Qualidade de Resultado

Indicador	Variável	2010		2011		2012		2013	
QR	FCO	1.060	0,02	9.033	0,22	100.724	1,58	126.136	1,31
	Resultado Operacional	45.864		40.257		63.692		96.126	

Fonte: Adaptado pela autora.

Este indicador demonstra a distancia entre o fluxo de caixa operacional e os lucros divulgados. Nota-se que o melhor período foi o ano de 2012, no qual se teve para cada R\$ 1,00 resultado operacional uma geração de caixa de R\$ 1,58.

O Quadro 13 apresenta o indicador de Aquisição de Capital.

Quadro 13: Indicador de Aquisição de Capital

Indicador	Variável	2010		2011		2012		2013	
AC	FCO	1.060	0,06	9.033	0,58	100.724	5,75	126.136	7,55
	Caixa pago por investimentos de Capital	16.390		15.630		17.528		16.707	

Fonte: Adaptado pela autora.

O fluxo de caixa operacional foi suficiente para pagar os investimentos de capital nos anos de 2012 e 2013; sendo que para cada R\$ 1,00 de investimentos, teve-se R\$ 5,75 e R\$ 7,55, respectivamente.

O Quadro 14 apresenta o indicador de Investimentos x Financiamentos.

Quadro 14: Investimentos x Financiamentos

Indicador	Variável	2010		2011		2012		2013	
IF	Fluxo de caixa Líquido de Investimentos	-16.665	-0,97	-17.562	-5,96	-18.212	0,23	-16.900	-0,16
	Fluxo de caixa Líquido de Financiamentos	17.186		2.946		-78.316		-102.872	

Fonte: Adaptado pela autora.

Este indicador mostra que no ano de 2011 para cada R\$ 1,00 de recursos captados foram aplicados R\$ 5,96 em investimentos de bens de capital. Nos anos de 2012 e 2013, os indicadores para cada R\$ 1,00 de recursos pagos, teve a aplicação em ativos fixo relativos à R\$ 0,23 e R\$ 0,16, respectivamente.

O Quadro 15 apresenta o indicador de Retorno de Caixa sobre Ativos.

Quadro 15: Retorno de Caixa sobre Ativos

Indicador	Variável	2010		2011		2012		2013	
RCA	FCO	1.060	0,00	9.033	0,01	100.724	0,14	126.136	0,18
	Ativos Totais	679.934		730.108		736.678		716.705	

Fonte: Adaptado pela autora.

Esse indicador mostra que a organização não conseguiu gerar caixa para recuperar o montante dos ativos. No ano de 2013, para cada R\$ 1,00 de ativos totais foi possível gerar caixa operacional de R\$ 0,18.

O Quadro 16 apresenta o indicador de Retorno sobre Passivo e Patrimônio Líquido.

Quadro 16: Indicador Retorno sobre Passivo e Patrimônio Líquido

Indicador	Variável	2010		2011		2012		2013	
RPPL	FCO	1.060	0,00	9.033	0,03	100.724	0,29	126.136	0,30
	Patrimônio Líquido + exigível a longo prazo	394.129		360.911		346.489		419.907	

Fonte: Adaptado pela autora.

Este indicador o quanto a empresa gerou de caixa operacional para cobrir os recursos de longo prazo. Para o ano de 2013, o indicador mostra que para cada R\$ 1,00 de recursos de longo prazo teve-se uma geração de caixa de R\$ 0,30.

O Quadro 17 apresenta o indicador de Retorno sobre Patrimônio Líquido.

Quadro 17: Retorno sobre Patrimônio Líquido

Indicador	Variável	2010		2011		2012		2013	
RPL	FCO	1.060	0,01	9.033	0,11	100.724	1,28	126.136	1,22
	Patrimônio Líquido	90.655		80.337		78.546		103.297	

Fonte: Adaptado pela autora.

Verificou-se que nos anos de 2012 e 2013, a organização gerou caixa suficiente para cobrir o valor do patrimônio líquido; sendo que para cada R\$ 1,00 teve-se R\$ 1,28 e 1,22, respectivamente.

4.3 Análise da Situação Financeira da Empresa

Os resultados mostraram que nos anos de 2010 (R\$ 1.060) e 2011 (R\$ 9.033) foram os períodos que apresentaram menor geração de caixa. Nos anos de 2012 (R\$ 100.724) e 2013 (R\$ 126.136) a geração de caixa foi significativa. Essa evolução foi ocasionada pela otimização dos processos internos, controles das operações e gestão organizacional.

No ano de 2013, a empresa teve uma geração positiva de caixa operacional no valor de R\$ 126.136 mil. Contudo, as atividades que consumiram caixa foram os investimentos e financiamentos, o que consumiu o montante de R\$ 119.772 mil. Nesse período, a empresa focou os esforços na redução e revisão do seu portfólio de produtos com o aumento gradativo nos seus preços médios de venda e lançamentos de produtos inovadores com maior preço de venda. Essas ações ocasionaram o crescimento da receita, mesmo com a redução do volume de produção em relação ao ano de 2012 e, também refletindo no resultado operacional. Outro fator importante que merece destaque no ano de 2013 é o início de ações de alongamento da dívida, que visam equilibrar o capital de giro companhia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade gera informações úteis para a gestão dos negócios e para o processo decisório. As demonstrações contábeis são instrumentos que permitem identificar a situação econômico-financeira das organizações. A Demonstração dos Fluxos de Caixa possibilita o acompanhamento das ações financeiras que impactam o caixa. Assim, auxilia os gestores na tomada de medidas corretivas para assegurar as metas estabelecidas e garantir uma situação de liquidez para honrar os compromissos.

O presente trabalho teve por objetivo analisar a movimentação de recursos financeiros em uma empresa de revestimentos cerâmicos por meio da demonstração dos fluxos de caixa entre o período de 2010 a 2013. Os resultados mostraram que a empresa possui: a) capacidade de honrar seus compromissos financeiros, principalmente nos anos de 2012 e 2013 devido a geração de caixa operacional; b) os indicadores apresentaram evolução significativa em relação aos anos de 2010 e 2011; c) as ações gerenciais de aumento de preço venda e melhorias internas provocaram a geração de lucro e, conseqüentemente, aumento de caixa operacional.

Conclui-se que a organização apresenta uma situação financeira favorável de curto prazo. A DFC evidencia que as políticas financeiras adotadas estão trazendo benefícios para a organização.

Diante dos resultados apresentados, percebe-se que análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa é útil para a tomada de decisão, pois auxilia os gestores, proprietários e investidores na tomada de decisão sobre a gestão dos negócios e continuidade dos investimentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Manual Prático de Interpretação Contábil da Lei Societária**. São Paulo: Atlas S.A, 2010.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2003.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis**: estrutura, análise e interpretação. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRAGA, Roberto; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. Avaliação da Liquidez das Empresas Através da Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa. **Revista de Contabilidade & Finanças – USP**. São Paulo, FIECAFI. v.14, n. 25, p. 6 – 23, jan./abr. 2001.

BRASIL. **Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm. Acesso em 11 de julho de 2014.

BRASIL. **Lei 11.938 de 28 de dezembro de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em 17 de julho de 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC03R2_final.pdf Acesso em: 10 de julho 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26R1_final.pdf Acesso em: 12 de julho 2014.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. São Paulo: Editora Atlas S/A, 15ª ed., 1992.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento Empresarial**. 2º Ed, São Paulo: Editora Atlas, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo, 1991.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2004.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

_____. **Princípios de administração financeira**. 7. Ed. São Paulo: Harbra, 1997.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária: Matemática Financeira Aplicada; Estratégias financeiras; Orçamento Empresarial**. 8.ed., São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; Marion, José Carlos. **Contabilidade Comercial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável também as demais sociedades. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Manual das sociedades por ações**: aplicável também as demais sociedades. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LUNKES, Rogério João. **Manual de Orçamento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MATARAZZO, Danta C. **Análise Financeira de Balanços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MOSSIMANN, Clara Pelegrinelo, ALVES, José Osmar de Carvalho, FISCH, Silvio Controladoria seu papel na administração das empresas, Florianópolis, Ed. Fundação ESAG, 1993.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Manual de contabilidade básica**: uma introdução à prática contábil: texto e exercícios. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PEREZ JUNIOR, Jose Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antônio. **Elaboração das Demonstrações Contábeis**. 2 ed. São Paulo, 1999.

PEREZ JR, José Hernandez; PESTANA, Armando Oliveira; FRANCO, Sergio Paulo Cintra. **Controladoria de gestão: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1997.

QUINTANA, Alexandre Costa. Fluxo de caixa: demonstrações contábeis – de acordo com a Lei 11.638/07. Curitiba: Juruá, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Demonstrações Financeiras**: mudanças na Lei das sociedades por ações: como era e como ficou. São Paulo: Saraiva, 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTI FILHO, Armando de; **Análise do demonstrativo de fluxo de caixa**: enfoque sobre o EBITDA, sobre o fluxo de caixa operacional e sobre as políticas financeiras. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Fluxo de Caixa**: uma decisão de planejamento e controle financeiros. 10. Ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

ANEXOS

Balço Patrimonial (Em milhares de reais)				
	2010	2011	2012	2013
ATIVO	679.934	730.108	736.678	716.705
CIRCULANTE	247.131	278.656	285.458	280.492
Caixa e equivalentes de caixa	7.144	1.561	5.757	12.121
Aplicações financeiras e contas correntes vinculadas	9.645	40.150	23.485	13.783
Contas a receber de clientes	113.207	119.014	144.033	135.711
Estoques	66.698	70.306	68.312	61.310
Impostos a recuperar	8.678	11.508	10.105	8.622
Crédito com a Eletrobrás	3.000	2.441	2.441	26.781
Bens destinados a venda	18.411	6.448	9.275	9.275
Outros créditos	16.622	21.480	16.023	7.995
Despesas antecipadas	3.726	5.748	6.027	4.894
NÃO CIRCULANTE	432.803	451.452	451.220	436.213
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58.035	4.264	4.921	5.284
Impostos a recuperar	23.032	7.634	6.795	6.686
Depósitos compulsórios e outros	5.987	2.963	3.348	3.591
Crédito com a Eletrobrás	2.684	42.725	45.169	23.583
Bens destinados a venda	29.172	11.588	11.798	11.482
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Outros créditos	4.741	69.317	78.146	89.497
Despesas antecipadas	-	8.589	6.237	3.496
Investimentos	19	-	-	-
Imobilizado	307.152	300.732	291.871	290.228
Intangível	1.981	3.640	2.935	2.366

Fonte: Diário Oficial – SC

Balço Patrimonial (Em milhares de reais)				
	2010	2011	2012	2013
<u>PASSIVO</u>	<u>679.934</u>	<u>730.108</u>	<u>736.678</u>	<u>716.705</u>
CIRCULANTE	285.805	369.197	390.189	296.798
Fornecedores	53.218	63.721	62.581	57.533
Empréstimos e Financiamentos	139.824	188.535	166.317	102.037
Impostos e contribuições parcelados	24.044	37.763	37.409	38.849
Obrigações tributárias	15.697	28.183	69.740	33.430
Salários e encargos sociais	15.281	15.820	16.377	16.638
Adiantamento a clientes	12.646	11.256	11.630	18.261
Comissões a pagar	5.022	5.093	5.750	4.175
Dividendos a pagar	-	-	-	4.390
Outras contas a pagar	20.073	18.826	20.385	21.485
NÃO CIRCULANTE	303.474	280.574	267.943	316.610
Fornecedores	2.897	1.979	758	5.057
Empréstimos e financiamentos	60.565	66.284	59.948	59.731
Impostos e contribuições parcelados	161.582	158.882	161.129	204.476
Impostos de renda e contribuição social diferidos	65.415	41.164	36.992	41.987
Provisão perda em investimentos com passivo a descoberto	-	-	-	-
Provisão para contingências	13.015	12.265	9.116	5.359
Receita diferida				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.655	80.337	78.546	103.297
Capital social	155.544	155.544	155.544	30.983
Reservas de reavaliação	35.177	27.851	18.786	11.921
Ajuste de avaliação patrimonial	27.480	23.066	23.059	23.016
Ajustes acumulados de conversão	-428	-184	151	607
Reservas de lucros	-	-	-	28.772
Prejuízos Acumulados	-132.353	-130.705	-125.305	-454
Atribuído aos acionistas controladores	85.420	75.572	72.235	94.845
Participações de acionistas não controladores	5.235	4.765	6.311	8.452

Fonte: Diário Oficial SC

Demonstração do Resultado do Exercício (Em milhares de reais)				
DRE	2010	2011	2012	2013
Receita operacional líquida	516.000	536.789	597.889	632.243
Custos dos produtos vendidos	-344.473	-369.039	-403.735	-408.635
Lucro bruto	171.527	167.750	194.154	223.608
Receitas (despesas) operacionais	-125.663	-127.493	-130.462	-127.482
Vendas	-78.276	-80.747	-86.408	-92.618
Administrativas e gerais	-33.087	-36.744	-31.730	-26.200
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-14.300	-10.002	-12.324	-8.664
Lucro operacional antes do resultado financeiro	45.864	40.257	63.692	96.126
Resultado financeiro	-55.941	-56.192	-70.341	-51.827
Receitas financeiras	8.370	24.387	9.385	8.813
Despesas financeiras	-65.610	-77.243	-79.257	-59.669
Variações cambiais líquidas	1.299	-3.336	-469	-971
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	-10.077	-15.935	-6.649	44.299
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.494	5.373	4.524	-5.093
Imposto de renda e contribuição social correntes	-918	-	-	-8.101
Resultado do Exercício	-9.501	-10.562	-2.125	31.105
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia	-8.717	-10.092	-3.671	28.964
Não controladores	-783	-470	1.546	2.141

Fonte: Diário Oficial – SC